Princesa Isabel

A Revista ESMAT, tradicional periódico científico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a par de cumprir o seu papel de difusão do conhecimento jurídico e interdisciplinar, presta tributo, na capa de suas edições, a personalidades históricas do Brasil e do estado do Tocantins, reverenciando as contribuições de figuras que marcaram a trajetória nacional.

Por decisão do Conselho Editorial da Revista, a partir desta edição e nas subsequentes serão homenageadas **mulheres** de destaque na história do Brasil. Assim é que figura na presente edição a Princesa Isabel, filha do Imperador Pedro II, figura central do Brasil Império em sua atuação por três vezes como regente do Imperador, oportunidades nas quais foram tomadas decisões importantes para a história nacional, tendo como ponto principal a abolição da escravidão.

Tendo assumido a função de regente do Império, sua popularidade ficou abalada desde o início pelo fato de ser mulher, o que já representava motivo de desconfiança e descrédito por parte de integrantes da Corte e de segmentos da sociedade brasileira da época, que manifestavam perante ela significativa oposição.

A Princesa Isabel marcou a história brasileira pela assinatura, em 13 de maio de 1888, da Lei Áurea, promovendo no Brasil a tão aguardada abolição da escravidão, fato que — não obstante encontrar guarida em movimentos abolicionistas da época — causou profunda insatisfação e revolta por parte de proprietários de terra, dada a posse de escravos em suas propriedades e o alegado prejuízo financeiro causado pela medida.

Reputa-se a este acontecimento o fim da Monarquia brasileira. Com efeito, à insatisfação dos proprietários de terra (reais detentores do poder político e econômico no país) somaram-se os movimentos de insurgência de militares contra o regime, criando o cenário ideal para o golpe militar que instaurou a República no ano seguinte, provocando, dentre outras consequências, o exílio da família real ao exterior.

Tarsis Barreto Oliveira